

**HABEAS CORPUS Nº 570.823 - MG (2020/0080354-5)**

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**IMPETRANTE** : NILMAR GONCALVES TEIXEIRA  
**ADVOGADO** : NILMAR GONCALVES TEIXEIRA - MG141632  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : ROGERIO BATISTA DE SOUZA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECISÃO**

**ROGÉRIO BATISTA DE SOUZA** alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**, na Revisão Criminal n. 1.0000.19.042394-7/000.

Consta dos autos que o paciente foi condenado a 3 anos de reclusão, em regime inicial fechado, mais multa, pela prática do crime previsto no art. 35 da Lei n. 11.343/2006.

Busca-se, seja fixado o regime aberto para cumprimento da reprimenda.

**O *mandamus* comporta pronta solução.**

O Tribunal de origem assim fundamentou a imposição do regime inicial **fechado** de cumprimento de pena, *in verbis* (fl. 87):

[...] embora o montante da pena aplicada aos apelantes comporte, em princípio, o regime inicial aberto, a gravidade concreta do delito, evidenciada, pelo grau de organização da associação criminosa, conforme alhures largamente se explicitou, inviabilizam o abrandamento de regime pleiteado.

Assim, nos termos do disposto no art. 33, §§ 2º e 3º, do Código Penal, o regime mais adequado é o fechado.

Entretanto, embora a instância ordinária haja justificado a imposição do regime inicial fechado com base nas peculiaridades do caso concreto – gravidade do delito, em razão do grau de organização da

associação criminosa – , certo é que o regime mais gravoso do que o cabível, em razão da pena imposta, é, na hipótese, o **semiaberto**, e não o fechado.

Vale dizer, não obstante o insurgente haja sido definitivamente condenado a reprimenda inferior a 4 anos de reclusão, a presença do mencionado fundamento autoriza, nos termos do art. 33, § 3º, do Código Penal, a fixação do regime inicial **imediatamente mais grave** do que o estabelecido, em decorrência do *quantum* da pena aplicada, que, no caso, é o **semiaberto**, e não o fechado.

Desse modo, **estabeleço o modo semiaberto para o início do cumprimento da pena.**

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **concedo, in limine, a ordem para fixar o regime inicial semiaberto para o cumprimento da pena privativa de liberdade.**

Comunique-se, **com urgência**, o inteiro teor deste *decisum* às instâncias ordinárias.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**